

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 09/08/2013 - Edição 874

Norma Regulamentadora 16 vai à discussão nesta terça, no Ministério do Trabalho e Emprego



Bancada dos trabalhadores resistiu às investidas dos patrões contra os direitos dos vigilantes na última reunião.

Representantes dos vigilantes de todo o país participam nesta terça-feira (13) da segunda reunião do Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) para discutir a regulamentação da Lei 12.740/2012. Durante a primeira reunião, realizada nos dias 23 e 24 de julho, os patrões insistiram nos absurdos de diferenciar trabalhadores armados dos desarmados e tentaram a todo custo ganhar tempo, propondo inclusive que a segunda parte do encontro fosse suspensa. A reunião será realizada no Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e contará com participação dos trabalhadores, patrões e governo.

Em mais uma afronta aos direitos dos trabalhadores, a bancada

patronal quer remeter os vigilantes armados para a perícia, para saber se há risco permanente acentuado. Outro problema é a insistência em parcelar o pagamento do adicional de 30% de risco de vida/periculosidade nos estados que ainda não garantiram o percentual integral.

“Nossa posição se aproxima daquilo que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) defende, que é considerar o risco para todo vigilante, independentemente de porte de arma, conforme princípio da lei que considera inexistente o conceito de risco variável”, afirmou José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

Segundo Adriano Linhares,

presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e integrante da bancada dos trabalhadores, o risco é apenas um e, por isso, não há necessidade de perícia. “O que os patrões estão querendo é ilegal e imoral, tanto sobre a exclusão de trabalhadores quanto sobre o parcelamento do adicional de 30%”, destacou.

Os trabalhadores defendem também que seja estendido o risco para vigilantes de áreas públicas que cuidam do patrimonial, como guardas municipais e de empresas como metrô, etc.



Vigilantes do RN se mobilizaram pela aprovação do adicional de 30%

Fenavist insiste em desrespeitar vigilantes

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) é uma das responsáveis pelas propostas absurdas dos patrões. Seu representante e coordenador

da bancada, sr. Odair Conceição, investe cada vez mais pesado nos ataques aos trabalhadores, querendo de todas as formas retirar o que já foi conquistado com muita luta por parte da categoria de vigilantes de todo o país.

Para enfrentar as tentativas de exclusão dos vigilantes desarmados, o parcelamento dos 30%, a submissão à perícia, entre tantos outros absurdos, é de fundamental importância que os companheiros estejam unidos em todos os cantos do Brasil.

Assim como os trabalhadores tiveram oportunidade de enviar suas contribuições para o texto da Norma Regulamentadora (NR) nº 16, os patrões fizeram o mesmo. O que eles querem, segundo o texto enviado ao MTE, é retirar os direitos já conquistados pelos trabalhadores. Exemplo disso é a tentativa de excluir a maioria da categoria, que são os vigilantes desarmados. “Eles querem contrariar o texto legal e até mesmo as convenções coletivas que eles próprios assinaram, reconhecendo nossa atividade como sendo de risco independentemente do uso de arma de fogo”, destacou Boaventura.

Ao contrário disso, os representantes dos trabalhadores defendem, também, a inclusão do pessoal de supervisão, de monitoramento eletrônico e de instrução. A luta, agora, é para que o espírito legal seja respeitado e que todos os profissionais de segurança privada recebam seus direitos,

independentemente do local que atuam.



Vigilantes mobilizados de norte a sul: em Chapecó (SC), trabalhadores saíram às ruas para exigir os 30%

Entenda como funciona o processo de regulamentação

Depois da análise das sugestões, o GTT conta ainda com o prazo de 120 dias, que podem ser prorrogados por mais 60, para concluir as negociações e apresentar a proposta de regulamentação à Comissão Tripartite Partidária Permanente (CTPP). Após a aprovação em reunião ordinária da CTPP a formulação da NR será publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Diário

Oficial da União, tornando-se assim, um texto legal, de observância obrigatória por parte de todos os setores econômicos.

Participam da reunião representantes de trabalhadores indicados por quatro centrais sindicais. Pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Boaventura, coordenador da bancada dos trabalhadores e presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e Ademir Wiederkehr, secretário de Imprensa da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT); pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), Adriano Linhares, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis; pela Nova Central (NCST), Fernando Bandeira, presidente da Federação dos Vigilantes no Estado do Rio de Janeiro; e pela Força Sindical, Pedro Araújo, presidente da Federação dos Vigilantes do Estado de São Paulo.

Não deixe que roubem seus direitos!

Vigilante, você pode e deve contribuir para mais essa vitória da categoria. Ligue para o gabinete do ministro do Trabalho, Manoel Dias, peça apoio à luta dos trabalhadores e agilidade no processo de regulamentação. O telefone é (61) 2031-6857 ou 2031-6878. Sindicatos, mobilizem as bases para pedir celeridade e apoio do ministro. Peçam apoio de lideranças políticas nessa luta pela dignidade dos vigilantes.

Envie, também, mensagem ao presidente da Fenavist, Odair Conceição, pedindo respeito à categoria e às conquistas dos trabalhadores e cobrando responsabilidade. Proteste contra o coordenador da bancada e suas propostas absurdas. O telefone é (61) 3327-5440. E-mail: fenavist@fenavist.org.br

Fonte: CNTV

Sindicato dos Vigilantes do DF repudia participação de vigilante em assalto a banco

No assalto a uma agência do Banco do Brasil, na QNE 17, em Taguatinga Norte, na última terça-feira (30/7), entre os seis suspeitos presos está um vigilante que prestava serviço naquela agência e segundo a polícia, ele é cúmplice dos bandidos.

Esta notícia muito nos entristece, pois aqui no DF é raro o envolvimento de vigilantes em

qualquer tipo de criminalidade. Uma categoria do bem, que para exercer a profissão precisa ter a ficha limpa. Por isso, repudiamos a atitude dessa pessoa que não consideramos como vigilante, estava apenas exercendo a função, mas não faz parte da categoria que é honesta e honrada.

Estaremos atentos para que esse caso isolado não manche a

reputação da nossa categoria, uma das mais conscientes, batalhadoras e combativas do país. E com a comprovação da participação desse vigilante no assalto, que o mesmo seja punido e felizmente, não poderá mais exercer a profissão.

Atenciosamente,

A Direção

'O Brasil vai virar um País de trabalhadores terceirizados'

Entrevista do Presidente da Contraf-CUT ao jornal O Estado de S. Paulo



Carlos Cordeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT)

Para Carlos Cordeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), a proposta de regulamentação da terceirização representa uma ameaça a todos os trabalhadores contratados de forma tradicional no Brasil.

O que o sr. acha do projeto que regulariza a terceirização?

É perigosíssimo. Representa um retrocesso na questão do trabalho no Brasil. Acaba, por exemplo, com o conceito de atividade-fim e atividade-

meio e coloca no lugar o conceito de especialização. Hoje, nas agências bancárias, são terceirizados apenas o pessoal da limpeza e os vigilantes. Essa proposta amplia de forma ilimitada as possibilidades para que as empresas possam terceirizar toda a sua produção, desde que a empresa prestadora de serviços se defina como especializada. Um terceirizado poderá fazer o serviço de caixa, de atendente ou gerente de banco sem receber nem o piso da categoria. Corremos o risco de todos os trabalhadores serem substituídos por essa modalidade de trabalho eventual e temporário, como prestadores de serviço. Não teremos mais bancários, nem metalúrgicos ou químicos. Seremos um país de terceirizados.

Como ficam os correspondentes bancários?

Os bancos convenceram os parlamentares a deixar o correspondente bancário fora da regra de especialização. A padaria é especializada em fazer pão, a farmácia, em vender remédios, e a lotérica, em jogos de azar. Então, como esses três vão poder prestar um serviço bancário? Esse projeto é

para o setor privado e para o setor público, o que representa o fim dos concursos públicos dos bancos

estatais.

Faz sentido para os trabalhadores do setor privado?

O projeto regulariza a subcontratação, ou seja, a quarteirização. E quem contrata o prestador de serviços não tem responsabilidade. Hoje, o empregado pode processar a empresa contratante se a contratada não recolheu o FGTS, INSS ou salário. Nesse novo projeto, só pode processar a empresa prestadora de serviços, o que é um retrocesso. Os terceirizados não vão ganhar absolutamente nada com isso. É ruim para quem é terceirizado e abre precedente para os demais trabalhadores, já que qualquer atividade poderá ser terceirizada.

Nessa disputa, o governo está em cima do muro?

O governo precisa pressionar a sua base parlamentar para derrubar esse projeto. Os trabalhadores elegeram este governo para defender e ampliar as suas conquistas. O governo estabeleceu uma mesa de negociação quadripartite (formada por representantes das empresas, centrais sindicais, parlamento e do próprio governo), mas eu continuo achando que governo é igual feijão, só na pressão.

Fonte: O Estado de S. Paulo

CUT prepara vigília para o dia 13, em Brasília, contra PL 4330 da terceirização



A CUT promoverá na próxima terça-feira, dia 13 de agosto, uma vigília no Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a votarem contra o Projeto de Lei (PL) 4330/2004.

Milhares de cutistas chegarão à capital federal na véspera da data prevista para a votação do texto. O PL que precariza ainda mais as condições dos trabalhadores terceirizados, deve ser colocado em pauta na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJC) no dia 14.

De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), o projeto já recebeu aval do relator do texto na CCJC, o também deputado Arthur Maia (PMDB-BA).

Negociação travada

– Representantes dos empresários, do Congresso e do governo federal, discutem a questão em uma mesa de negociação criada no início de julho por pressão da CUT.

No último dia 5, os trabalhadores cobraram um tempo maior para debater o texto, mas os demais integrantes da mesa fecharam posição de votar a projeto no dia 14, após aquela que deve ser a última rodada de negociação, marcada para a próxima segunda (12).

Diante dessa posição, os trabalhadores acamparão na frente do Congresso no dia 13, onde passarão a noite para protestar e cobrar que os parlamentares se posicionem contra o PL.

CUT quer ampliar o diálogo

– Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, além de pressionar pela continuidade do debate na mesa, as centrais sindicais devem engrossar a mobilização para mostrar aos parlamentares que serão cobrados, caso votem pela precarização.

“A CUT permanecerá na mesa de negociação para tentar construir um acordo capaz de regulamentar a terceirização, de forma que não seja sinônimo de precarização, rabaixamento de direitos, de salários e enfraquecimento da representação sindical. Mas também faremos o enfrentamento colocando nossos militantes em Brasília para impedir que um relatório com uma série de ataques aos trabalhadores seja votado e aprovado”, disse.

Terceirização geral

– Para a Central, o principal problema é o fato de o projeto não traçar limites e admitir a terceirização

em quaisquer atividades. Inclusive, admitindo a quarteirização, situação em que a terceirizada contrata outra empresa para exercer o trabalho para o qual foi contratada.

Secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, critica o desejo de empresários, parlamentares e governo em encerrar a conversa numa situação em que muitos pontos ainda estão em aberto e cobra que os parlamentares, caso não exista consenso, cumpram a função para a qual foram eleitos.

“Da maneira como está, o projeto traz a desorganização sindical, a redução de salário dos trabalhadores, a retirada de conquistas sociais e isso não aceitamos. Vamos apostar sempre na negociação, por isso continuaremos o debate na próxima segunda, mas temos que aprofundar a mobilização dos nossos ramos e estaduais para que lembrem aos deputados que foram eleitos para representar o povo brasileiro. Se forem coerentes, vão atender a voz dos manifestantes, até porque ainda há espaço para negociação”, defendeu.

Secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, citou que a mesa quadripartite é uma

conquista, mas também criticou a forma acelerada como discutiu o PL.

“Não podemos esquecer que, se não fosse nossa luta para definir esse espaço de negociação, o texto já teria sido votado em julho, conforme estava inicialmente agendado. Por outro lado, mesmo com o Gilberto Carvalho (ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República) dizendo nas primeiras reuniões que deveríamos ter o tempo necessário para acordar uma proposta, os trabalhadores estiveram com a faca no pescoço de todos os lados durante todo o período”, criticou.

Realidade dos terceirizados

– De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

Estima-se que o Brasil tenha cerca de 10 milhões de terceirizados, o equivalente a 25% dos trabalhadores com carteira assinada no país.

Fonte: CUT



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF